Norchem Holdings e Negócios S.A.

CNPJ nº 46.570.388/0001-67

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		171	83
Aplicações financeiras	3	87.631	86.885
Outros créditos	4a	205	414
Não circulante			
Outros créditos	4a	36.370	35.257
Outros investimentos		21	21
Total do ativo		124.398	122.660

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Outras obrigações	4b, 4c e 5		
Fiscais e previdenciárias		1.195	1.742
Diversas		2.248	-
Não circulante			
Outras obrigações	4b, 4c e 5		
Fiscais e previdenciárias		6.021	5.917
Diversas		18.492	18.838
Patrimônio líquido	7	96.442	96.163
Capital social		67.910	67.910
Reserva de capital		1.938	1.938
Reservas de lucros		26.594	26.315
Total do passivo e patrimônio líquido		124.398	122.660

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Despesas tributárias		(303)	(468)
Outras despesas administrativas		(237)	(132)
Outras receitas operacionais	8a	1.008	1.689
Outras despesas operacionais	8b	(1.898)	(1.646)
Resultado operacional		**(1.430)**	**(557)**
Resultado financeiro	**3**	**5.383**	**8.379**
Resultado operacional antes da tributação sobre lucro		**3.953**	**7.822**
Imposto de renda e contribuição social	**6**	**(1.320)**	**(2.590)**
Provisão para imposto de renda		(1.399)	(2.150)
Provisão para contribuição social		(512)	(783)
Ativo fiscal diferido		591	343
Lucro líquido do exercício		2.633	5.232
Número de ações	7	7.719.401	7.719.401
Lucro líquido por ação no final do exercício - R$		0,34	0,68

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital – Subvenção para investimentos	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016		67.910	1.938	7.720	19.513	-	97.081
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.232	5.232
Distribuição de dividendos (R$ 0,80 por ação)	7	-	-	-	(6.150)	-	(6.150)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	7	-	-	262	-	(262)	-
Reserva estatutária	7	-	-	-	4.970	(4.970)	-
Em 31 de dezembro de 2017		67.910	1.938	7.982	18.333	-	96.163
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.633	2.633
Distribuição de dividendos (R$ 0,30 por ação)	7	-	-	-	(2.354)	-	(2.354)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	7	-	-	132	-	(132)	-
Reserva estatutária	7	-	-	-	2.501	(2.501)	-
Em 31 de dezembro de 2018		67.910	1.938	8.114	18.480	-	96.442

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	2.772	4.721
Lucro líquido	2.633	5.232
Ajuste ao lucro líquido:	139	(511)
Reversão de ativo fiscal diferido	(591)	(343)
Provisões para contingências	1.738	1.521
Atualização de depósitos judiciais	(1.008)	(1.689)
Variação de ativos e obrigações	(330)	1.477
(Aumento)/Redução em aplicações financeiras	(746)	2.443
Redução em outros créditos	695	5.452
Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.820	(2.902)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.099)	(3.516)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	2.442	6.198
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(2.354)	(6.150)
Caixa líquido utilizado em atividades de financiamentos	(2.354)	(6.150)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	88	48
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83	35
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	171	83
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	88	48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Norchem Holdings e Negócios S.A. ("Empresa") tem como objeto social a administração de recursos próprios, a participação direta ou indireta em outras sociedades e a prestação de serviços de consultoria. Atualmente, a Empresa se dedica à administração de recursos próprios.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Empresa de acordo com o CPC Pequenas e Médias Empresas (PMEs), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1).

(b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem depósitos em conta-corrente e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor.

(c) Aplicações financeiras: (i) Classificação e mensuração: A Empresa classifica seus ativos financeiros como títulos para negociação, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos são apurados com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(d) Outros créditos: Demonstrados ao custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(e) Passivo circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25. **(i) Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais:** Os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 9%, conforme artigo 3º da Lei nº 7.689/88. O ativo e o passivo fiscal diferidos são calculados sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018, foram aplicadas às alíquotas de 25% e 9% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de ativo e passivo fiscal diferidos de IRPJ e CSLL, respectivamente.

(h) Capital social: As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

(i) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.

3. Aplicações financeiras

(a) Composição da carteira

	Valor de custo	Ganho não realizado	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	87.650	(19)	87.631	86.885
Total de aplicações financeiras	**87.650**	**(19)**	**87.631**	**86.885**

(b) Composição por prazo de vencimento dos papéis

	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	87.631	-	87.631
Total – 2018	**87.631**	**-**	**87.631**
Total – 2017	**836**	**86.049**	**86.885**

O resultado financeiro, no valor de R$ 5.383 (2017 – R$ 8.379), está representado por receita sobre aplicações em títulos públicos do governo brasileiro.

4. Outros créditos e outras obrigações:

(a) Outros créditos: Estão representados por devedores por depósitos em garantia no montante de R$ 29.371 (2017 – R$ 28.849), créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 6.999 (2017 – R$ 6.408) e impostos e contribuições a compensar e recuperar no montante de R$ 205 (2017 – R$ 414).

(b) Outras obrigações – fiscais e previdenciárias: "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", referem-se a provisões para riscos fiscais no montante de R$ 6.021 (2017 – R$ 5.917) e a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro e outros impostos no montante de R$ 1.195 (2017 – R$ 1.742). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos".

(c) Outras obrigações – diversas: "Outras obrigações – diversas", referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos de honorários advocatícios no montante de R$ 2.222 (2017 – R$ 1.980), e provisão para passivos contingentes no montante de R$ 18.492 (2017 – R$ 16.858).

5. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(i) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais 2018	Depósitos judiciais 2017	Provisões 2018	Provisões 2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	29.366	28.845	6.021	5.917
Trabalhistas	5	4	5	5
Cíveis	-	-	18.487	16.853
Total	**29.371**	**28.849**	**24.513**	**22.775**

(ii) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias – Obrigações legais	Total 2018	Total 2017
Saldo inicial	**16.853**	**5**	**5.917**	**22.775**	**26.935**
Despesas financeiras – juros	1.634	-	104	1.738	1.521
Pagamentos e levantamentos de depósitos	-	-	-	-	(5.681)
Saldo final	**18.487**	**5**	**6.021**	**24.513**	**22.775**

(iii) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) correção monetária de balanço (variação IPC e BTNF) para refletir a inflação do período na apuração de IR. **(iv) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra a Empresa, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. A Empresa não possui contingências trabalhistas classificadas como possíveis. **(v) Ações cíveis:** A Empresa foi acionada judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. O montante provisionado representa a avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As ações cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela condução de tais causas montam R$ 91.443 (2017 – R$ 84.763).

6. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem dos créditos tributários são demonstradas como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Contingências	6.235	5.735
Provisão para honorários advocatícios	755	665
Outros	9	8
Total de créditos tributários – Ativo	**6.999**	**6.408**

No exercício foi constituído crédito tributário de R$ 647 (2017 – R$ 447) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R$ 56 (2017 – R$ 104). O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.953	7.822
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.344)	(2.660)
Adicional de imposto de renda	24	24
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(3)	46
Outros	3	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	**24**	**70**
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	**(1.320)**	**(2.590)**

7. Patrimônio líquido: O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em 7.719.401 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 5.789.551 ordinárias e 1.929.850 preferenciais, sem direito a voto. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros – Estatutária, após a constituição de reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 6.150 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 2.354 referente ao lucro líquido acumulado na conta de Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Empresa, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

8. Outras informações:

(a) "Outras receitas operacionais" referem-se a variações monetárias ativas sobre depósitos judiciais no montante de R$ 1.008 (2017 – R$ 1.689).

(b) "Outras despesas operacionais" correspondem, principalmente, a variações monetárias passivas sobre "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" no montante de R$ 104 (2017 – R$ 208), juros de provisões cíveis no valor de R$ 1.634 (2017 – R$ 1.313).

(c) Em 2018, a Empresa tinha R$ 171 (2017 – R$ 83) em depósitos em conta-corrente referente a transações com partes relacionadas junto ao Banco J.P. Morgan S.A., sua coligada.

(d) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam operações com derivativos em aberto.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Norchem Holdings e Negócios S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Norchem Holdings e Negócios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norchem Holdings e Negócios S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3